

“SERVIÇOS” DE HOMENS E MULHERES: A QUESTÃO DO GÊNERO NAS OCUPAÇÕES DA FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI (1918 -1959)

“JOBS” OF MEN AND WOMEN: THE QUESTION OF GENDER IN THE OCCUPATIONS OF THE TEXTILE FACTORY OF BIRIBIRI (1918 -1959)

KÁTIA FRANCIELE CORRÊA BORGES* 1

Resumo: A Fábrica de Tecidos do Biribiri, situada em Diamantina-MG, empregou 875 mulheres e 123 homens entre 1918 e 1959. Iniciou suas atividades produtivas no final do século XIX e finalizou-as no início da década de 1970. Durante quase cem anos de existência, a Fábrica empregou, em sua maior parte, pessoas pobres da região. O presente artigo tem como propósito apresentar um recorte da história das mulheres na Fábrica de Tecidos do Biribiri (1918-1959). Dessa forma, busca-se identificar quem eram os(as) operários(as), sobretudo as mulheres que fiavam e teciam. A partir de dados quantitativos e qualitativos, delineia-se o perfil social das mulheres e dos homens demonstrando as ocupações de acordo com o gênero.

Palavras-chave: fábrica; ocupações; gênero.

Abstract: The Textile Factory of Biribiri, located in the Diamantina-MG, employed 875 women and 123 men in the period between 1918 and 1959. It began its productive activities at the end of the XIX century and closed by the beginning of 1970's. For nearly a hundred years of existence, the factory employed, for the most part, poor people of the region and surroundings. The purpose of this article is to present an excerpt from the history of women in the Textile Factory of Biribiri (1918-1959). In this way, it seeks to identify the workers, especially the women who spun and teed. From quantitative and qualitative information it delineates the social profile of women and men demonstrating occupations according to gender.

Keywords: Factory; jobs; gender.

* Artigo recebido em 05 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 17 de junho de 2020.

¹ Doutora em História – Área de Concentração: História, Cultura e Poder pela Universidade Federal do Juiz de Fora - PPGHIS/UFJF. E-mail: katiafb@hotmail.com.

Introdução

A Fábrica de Tecidos do Biribiri, situada em Diamantina, Minas Gerais, funcionou no período que compreende os anos de 1877 e 1973. Em torno da fábrica, ergueu-se uma vila operária, ramificada na vida dinâmica das pessoas em seu ambiente de trabalho, na frequência às missas na capela e na participação em comemorações religiosas. As mulheres representavam a maior parte da mão de obra, regra que predominou nas demais indústrias têxteis mineiras fundadas no mesmo período².

Em 1994, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Operária do Biribiri foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)³. Isto fez com que a antiga vila se tornasse rota de turismo obrigatória para quem visitasse a cidade histórica de Diamantina. Atualmente, o terreno, incluindo a casa grande nº19, a fábrica e a igreja, pertence à empresa Estamparia S/A, embora 32 casas da vila tenham sido vendidas para proprietários particulares⁴. Esse fato mudou a rotina daquela “vilazinha” que, agora, conta com novos moradores que buscam sossego próximo às águas rasas do Ribeirão das Pedras.

Não permitir que a Fábrica do Biribiri caísse no esquecimento foi o fio condutor que motivou este estudo. Optamos por fazer isso identificando e contando a história das mulheres que lá trabalharam, isto é, da grande massa de operárias que fiavam e teciam. Assim, o presente artigo é um recorte da história dessas mulheres e apresenta aspectos dos mundos do trabalho, mostrando como o gênero definia os serviços a serem desenvolvidos por homens e mulheres naquele espaço fabril.

Historiadores dos mundos do trabalho, como Marcel Van der Linden⁵, Barbara Weinstein⁶ e Sílvia Petersen⁷, convidam-nos a “repensar a história do trabalho”. Com Vander Linden, compreendemos que “o estudo das relações de trabalho diz respeito não só ao

² LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense: São Paulo: 1998.

³ IEPHA. **Programas e ações**: Bens tombados. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php> >. Acesso em: 05 fev. 2019.

⁴ Conforme o funcionário da Estamparia S/A Edvaldo Nascimento: “as casas foram vendidas com contrato de compra e venda, não podem transferir as casas porque o imóvel é rural e para transferir o módulo rural o mínimo é de 03 hectares”. Edvaldo Nascimento – Entrevista concedida em 27/10/2018.

⁵ VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n. 1, jan/jun. 2009.

⁶ WEINSTEIN, Barbara. Globalizando a História do Trabalho: o caso da revista International Labor and Working-Class History. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 18, jul/dez. 2017, p. 11-23.

⁷ PETERSEN, Sílvia. Repensar a história do trabalho. **Espaço Plural**, ano XVII, n. 34, jan/jun. 2016, p.13-36.

trabalhador individual, mas também à sua família”⁸. Nesse contexto, insere-se também “as relações de gênero que desempenham um papel importante dentro da família e em relações de trabalho envolvendo membros familiares individuais”⁹. Já com Barbara Weinstein, entendemos a necessidade de diversificar os estudos acerca da história do trabalho. Isto é, para ela, os historiadores dos mundos do trabalho “devem procurar deliberadamente temas que envolvam o cruzamento de ‘mundos’ e que atravessem fronteiras”¹⁰. E, com Sílvia Petersen, percebemos que as especificidades estaduais, regionais ou municipais são de suma importância para compreendermos o quão diversificado são esses mundos do trabalho. E, assim, não corremos o risco de analisá-los de forma homogeneizadora¹¹.

Diante disso, podemos afirmar que o mundo do trabalho revelado na Fábrica do Biribiri se situa nas margens¹². As operárias da fábrica não se inserem no discurso do proletariado clássico e organizado, conforme narrou a historiografia tradicional durante um longo tempo¹³. Elas eram meninas e mulheres pobres, moradoras da região de Diamantina e redondezas, operárias que contribuíam ou provinham os orçamentos domésticos de suas respectivas famílias.

No livro “As mulheres ou os silêncios da História”, Michelle Perrot mostra a dificuldade de medir o peso da participação das mulheres na cena social, sobretudo, nos movimentos de greves. Mas, as fontes existem: os relatos de reclamações de trabalhadoras que denunciavam as recriminações que sofriam; as reivindicações para que os patrões as liberassem para poderem rezar; os documentos de prisões de trabalhadoras grevistas; e, até mesmo, as reivindicações de mulheres casadas que apoiavam as greves dos seus respectivos maridos¹⁴. Assim, é preciso compreender que os silêncios não significam ausências ou conformações com as situações em que estavam submetidas aquelas mulheres. Essa perspectiva foi de suma importância para a análise das fontes selecionadas para a realização deste trabalho.

⁸ VAN DER LINDEN, Marcel. *Op. cit.*, p. 19

⁹ *Idem.*

¹⁰ WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, p. 16

¹¹ PETERSEN, Sílvia. *Op. cit.*

¹² Entendemos por “margens” a perspectiva adotada por Michelle Perrot, sobretudo, quando afirma que “fazer história consiste em observar as duas margens e a ser ativo tanto de um lado quanto de outro. PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro Bauru. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 152.

¹³ Sobre o tema: WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.* e VAN DER LINDEN, Marcel. *Op. cit.*.

¹⁴ PERROT, Michelle. *Op. cit.*

Adotamos, ainda, a metodologia do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg¹⁵: rastreando os indícios e os sinais. Analisamos 2000 fichas de registros dos(as) trabalhadores(as), contratados(as) pela Fábrica do Biribiri no período entre 1918 e 1973. E, selecionamos, como amostragem, 998 fichas que correspondiam ao período de 1918 e 1959, nas quais foi possível identificar 875 mulheres e 123 homens. Essas fontes nos permitiram responder a questões como: quem eram as operárias do Biribiri? De que região provinham? Que idades tinham no momento em que foram contratadas? Como eram pagas? Tinham parentes trabalhando na fábrica? Vale destacar que algumas fichas estavam incompletas e outras deterioradas pela ação do tempo, mas isso não comprometeu nossas análises.

Ao pensar a história das mulheres, faz-se necessário, também, considerar a história das relações entre os sexos. Michelle Perrot indica que a conformação biológica e o discurso naturalista, disseminados no decorrer do século XIX, diferenciavam os sexos como “duas espécies com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”¹⁶. Nos mundos do trabalho, essa diferenciação determinaria os trabalhos a serem desenvolvidos por homens e mulheres.

A historiografia, há algum tempo, usa a categoria “gênero” nas pesquisas sobre famílias, crianças e mulheres. Joan Scott, por exemplo, propõe que analisemos essa categoria para além da visão do parentesco, atentando-se, em particular, para as sociedades modernas complexas¹⁷. Gláucia Fraccaro nos lembra que investigar a experiência de mulheres “se justifica pelo fato de que a sexualidade, a maternidade e sua força de trabalho configuram relações de controle ou dominação distintas e, portanto, requerem um olhar específico”¹⁸. Assim, a categoria gênero emerge como necessária.

Fabiane Popinigis e Cristiana Schettini, ao abordarem as perspectivas de gênero nos mundos do trabalho, lembram que “o gênero é primordialmente uma ferramenta que permite empreender uma análise da articulação de identidades coletivas, em especial aquelas em

¹⁵ Conforme Carlo Ginzburg, o estudo do historiador é o passado e não há como acessá-lo diretamente, só há como tangenciá-lo por meio daquilo que ficou, dos restos desse passado. Isto é, por meio do “rastreamento de sinais, indícios, signos”. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e Sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁶ PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottman. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 177.

¹⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul/dez., 1989.

¹⁸ FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres**: organização e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937). 2016. 198f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, orientador Fernando Teixeira da Silva, 2016, p. 15.

relação de antagonismo com outros grupos sociais”¹⁹. Ao usarmos a categoria gênero na história das mulheres operárias da Fábrica do Biribiri, não buscamos nos ater apenas às questões do feminino, mas propor novas interpretações sobre os papéis sociais distintos atribuídos a ambos os sexos.

Por fim, este artigo apresenta operários(as) dos tempos “modernos”, no período que compreende os anos de 1918 a 1959. A partir de dados quantitativos e qualitativos, delinea-se o perfil social das mulheres e dos homens, demonstrando as ocupações de acordo com o gênero. Neste sentido, busca-se retratar os fatores que determinaram a divisão sexual do trabalho naquele espaço.

1. Os(As) operários(as) da Fábrica e suas ocupações

Aída Botelho tinha 16 anos quando foi contratada para trabalhar como fiandeira na Fábrica de Tecidos do Biribiri, em maio de 1937. Ela era natural de Extração (Currálinho) e recebia por seu trabalho 1\$300 (mil e trezentos réis) mensais, mais um adicional de 25% por sua produção. Dali, ela só sairia seis anos mais tarde, em dezembro de 1943. Os motivos que ocasionaram sua saída naquela época, já com 22 anos, não são esclarecidos na ficha de trabalho. Aída tinha uma irmã mais nova, Elza Botelho, que foi admitida como fiandeira na mesma data que a irmã. Na época, Elza tinha 14 anos e recebia por seu trabalho o mesmo valor pago à irmã. Ao contrário da ficha de Aída, a ficha de Elza não informa o tempo em que ela trabalhou na fábrica. O que se sabe sobre as irmãs Botelho é que ambas eram solteiras, sabiam assinar o próprio nome e se declararam pardas²⁰.

As fichas de Aída e Elza fazem parte do banco de dados composto por 998 fichas de cadastro de pessoas que trabalharam na Fábrica de Tecidos do Biribiri, entre os anos de 1918 e 1959, das quais 875 eram mulheres e 123 eram homens, distribuídos em diferentes funções. Os setores de fiação e tecelagem contrataram 779 mulheres e 9 homens. No grupo integrado por mulheres, encontramos 457 fiandeiras, 295 tecelãs e 27 “fiandeiras/tecelãs”. Entre os homens, encontramos apenas dois no setor de fiação e sete no de tecelagem. Notamos que,

¹⁹ POPINIGIS, Fabiene; SCHETTINI, Cristiana. Apresentação: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 2, 2009, p.8.

²⁰ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

assim como ocorreu nos primórdios da história da Fábrica, esses setores continuaram a ser ocupados majoritariamente por mulheres²¹.

Além da fiação e da tecelagem, a fábrica possuía outros setores que foram ocupados por homens e mulheres. No período de 1918 a 1959, a empresa contratou oito abridores de algodão, cinco ajudantes de motorista, um auxiliar de carpinteiro, sete auxiliares de ferreiro, um auxiliar de mecânico, seis cardadores, três carpinteiros, um chefe da fiação, um chefe da tecelagem, dois engomadores, três ferreiros, três foguistas, três gerentes, um guarda-livros (contador), três industriários, um marceneiro, quatro mecânicos, onze medidores de panos, dois mestres gerais, dois motoristas, cinco pedreiros, um rodante (vigia) e dois tintureiros. Para essas funções, a mão de obra adotada foi exclusivamente masculina²².

No período referido, os contratos de mulheres, além dos cargos de fiandeiras e tecelãs, foram: três aprendizes têxteis, seis auxiliares de escritório, duas auxiliares de cozinheira, onze bobinadeiras, vinte copeiras, onze cozinheiras, oito espuladeiras, cinco operárias de pavio, onze operárias do urdume, cinco regentes, duas remetedeiras e seis preparadoras. Ademais, a empresa realizou contratos para funções que foram preenchidas por ambos os gêneros, como carregador(a) de linha (uma mulher e um homem), comerciário(a) (duas mulheres e cinco homens) e servente (uma mulher e 27 homens). Para três mulheres e nove homens, não conseguimos identificar as ocupações²³.

Os setores principais de uma fábrica de tecidos eram: a fiação, o urdume, a tecelagem e a tinturaria. Na fiação, o processo vai do descaroçamento do algodão até a entrega do fio. Trata-se de uma seção constituída de diversos equipamentos que realizam tarefas e funções distintas, mas complementares. Conforme Domingos Giroletti:

A Fiação era dividida em duas etapas: a) preparação para fiação e b) processo de fiação propriamente dito. A preparação de Algodão era feita de várias máquinas: descaroçador, abridor, batedor, cardas, passador (ou laminador), pavieiro grosso (ou maçarqueira) e pavieiro fino. No descaroçador processava-se a separação do algodão da semente. No abridor, a abertura das fibras do algodão e uma primeira limpeza. No batedor, o algodão era violentamente farpado para separar as fibras das impurezas que, por um sistema de aspiração, eram retiradas para fora enroladas em canilhas. Nas cardas, as fibras eram novamente esgarçadas e dispostas em camadas regulares, entrelaçadas umas nas outras para poderem suportar o estiramento e a torção, formando uma fita homogênea que era enrolada e armazenada em bobinas. No passador (ou laminador) as fibras eram paralelizadas, retirando-se as curtas. A manta tornada homogênea e uniforme era fortemente comprimida, saindo mais fina e adelgada. Em seguida, a fita passava ainda pelo pavieiro grosso (ou maçarqueira) quando o objetivo era a produção de fio mais encorpado ou pelo pavieiro fino, para prepará-lo mais delgado. Nestas máquinas, concluía-se o

²¹ *Idem.*

²² *Idem.*

²³ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

processo de desengrosso pelo estiramento e prensagem, sendo a fita acondicionada em bobinas prontas para ir para as fiandeiras, a fim de serem fiadas²⁴.

A seção de urdume era responsável pelo processo que ia do recebimento do fio até a entrega dos rolos de urdume. É também conhecida como “preparação à tecelagem”. Nessa seção, o fio das espulas, que vem da fiação, era transferido pelas bobinadeiras para bobinas menores, “que seriam utilizadas na trama da tecelagem ou formavam o ‘queijo’, que seria transformado, pelas urdideiras, no rolo urdido”²⁵. Assim, o processo compreendia

num agrupamento longitudinal de fios paralelos e de comprimento igual, em número, ordem e disposição determinados pelo tipo de tecido que se quer produzir, formando a teia. Nas engomadeiras, o rolo urdido passava por uma substância aglutinante e gelatinosa, feita à base de polvilho, que impregnava os fios, dando-lhes maior consistência para suportar a fricção dos pentes ao serem tecidos. O rolo depois de seco seguia para tecelagem²⁶.

Por sua vez, a tecelagem recebia os rolos urdidos e transformava-os em tecidos.

Na tecelagem processava-se, pelo cruzamento e entrelaçamento, a conversão do fio em pano, sólido e resistente. Montava-se a teia no tear e dispunham-se longitudinalmente os fios em igual distância e número. Operava-se em seguida o entrelaçamento transversal do fio, introduzido um após o outro por uma lançadeira, constituindo a trama. E o pano, desta forma tecido, era enrolado no órgão de tear²⁷.

A tinturaria atuava como intermediária entre a fiação e o urdume. Domingos Giroletti ainda ressalta que “o tingimento era uma arte difícil e complexa. A obtenção de cores firmes e iguais, um constante desafio. Dependia da qualidade das tintas e das drogas e, sobretudo, das habilidades do tintureiro”²⁸. Identificamos, na Fábrica do Biribiri, dois homens que ocupavam as funções de tintureiros: José Décio de Almeida, natural de Biribiri, contratado em 1934 com 16 anos de idade, e João Secundo Lima, natural de Bocaiuva, em 1945 com 24 anos²⁹.

Os serviços desenvolvidos pelos carpinteiros, pedreiros, ferreiros e rodantes eram externos aos demais setores da fábrica têxtil. Aos três primeiros cabiam assegurar a zeladoria dos prédios da Fábrica do Biribiri e da vila operária, assim como a construção de novas moradias. Já o rodante tinha a função de vigiar e manter a disciplina na vila operária, ou seja, assegurar que os horários e o toque de recolher fossem cumpridos³⁰. Os serviços de mecânico

²⁴ GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 35.

²⁵ GIROLETTI, Domingos. *Op., cit.*, p. 36.

²⁶ *Ibidem*, p. 36-37.

²⁷ *Ibidem*, p. 37.

²⁸ *Ibidem*, p. 38.

²⁹ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

³⁰ De acordo com Telma de Barros Correia, o sistema de vigilância foi adotado tanto por fábricas inglesas quanto brasileiras como meio de garantir a disciplina e a coerção social dos trabalhadores que residiam nas vilas operárias. CORREIA, Telma de Barros. **Pedra**: plano cotidiano operário no sertão. Campinas: Papiros, 1998, p. 11-12.

abrangiam tanto a parte externa da fábrica (manutenção dos veículos) quanto interna (manutenção das máquinas).

Diante do exposto, é possível depreender que as relações sociais na Fábrica de Tecidos do Biribiri também foram permeadas pela divisão sexual do trabalho. Conforme Danièle Kergoat, essa divisão decorre das relações sociais entre os sexos e foi “historicamente adaptada a cada sociedade”³¹. Sendo assim, possui princípios organizadores como: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher)”³². É, nesse sentido, que Michelle Perrot afirma que, no estudo trabalho em todas as suas dimensões, a categoria gênero se faz pertinente e eficaz³³.

Elizabeth Souza-Lobo afirma que a divisão sexual do trabalho tende a conservar o equilíbrio entre emprego de mulheres e de homens, conforme a dinâmica dos distintos setores empregadores de mão de obra masculina e feminina. Deste modo, as definições de masculino e feminino são constructos sociais cujo termo “divisão sexual do trabalho”³⁴ se transforma num dos “muitos lócus das relações de gênero”³⁵. Compreendemos, assim, que as relações de gênero são partes constitutivas dos diversos mundos do trabalho.

Na Fábrica do Biribiri, a divisão sexual do trabalho seguia o princípio da separação e da hierarquização. Entre as fichas analisadas, não encontramos mulheres contratadas para cargos de chefia de seção. Todavia, fora do espaço de produção fabril, existia um cargo de coordenação que poderia ser ocupado, exclusivamente, por mulheres, preferencialmente mais velhas (viúvas ou solteiras). Este era o cargo de “regente das operárias” e, depois, passou a ser denominado de “encarregada geral”. Identificamos cinco mulheres que foram contratadas para essa função³⁶.

Quadro 1 Mulheres que atuaram como regentes do Dormitório Feminino

Nome	Idade	Estado Civil	Data da admissão	Data da saída
Maria Antônia de Macedo	57	Solteira	10/08/1921	Não informado

³¹ KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67.

³² Idem.

³³ PERROT, Michelle. *Op., cit.*, p. 151.

³⁴ TSOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 200-202.

³⁵ Idem.

³⁶ APE-S/A. Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri. 01/02/1964.

Maria Cesária Alves	48	Viúva	23/02/1948	01/11/1952
Maria Caldeira Miranda	43	Viúva	03/12/1949	12/04/1950
Maria Fernandes Guimarães	38	Solteira	01/02/1954	30/09/1955
Anita Gonçalves Costa	26	Solteira	01/09/1955	17/04/1956

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

As regentes, como Dona Mariana³⁷ era responsável pelas operárias que habitavam os dormitórios femininos, chamados de Convento³⁸. As moças deveriam ter “boa moral, bons costumes, procedimento irrepreensível, e o máximo de respeito para com a Encarregada Geral”³⁹. Além disso, a regente era responsável pelo controle e a saída das operárias. Ela deveria realizar as compras dos gêneros alimentícios no armazém, fazer o inventário dos bens do pensionato a fim de evitar desgastes e gerir pelo bom funcionamento e a disciplina do lugar. Porém, embora se tratasse de um cargo de poder, ocupado por uma mulher, ainda estava submetido a uma autoridade masculina. Neste caso, o superior era o gerente da fábrica, que redigia o regulamento, supervisionava e emitia requisições para as compras mensais⁴⁰.

Observamos, neste contexto, a presença da “racionalidade harmoniosa”⁴¹ da divisão sexual descrita por Michele Perrot, cuja tese determina que “cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em detalhes”⁴². Essa perspectiva naturalizou a concepção de que administrar a limpeza e as contas da casa (espaço

³⁷ A Fábrica do Biribiri, fundada em 1877, pelo então Bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos, e seus sócios (dois sobrinhos e dois irmãos) teve como “diretora interna” Dona Mariana Valadares Fernandes dos Santos (Cunhada do Bispo). Ela se responsabilizou por cuidar de todas as moças que ali trabalhavam, dirigindo com mão de ferro o Convento (Pensionato). BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Envelope 2. Cx 7. Fl.2.

³⁸ “Convento” era o nome que se dava aos dormitórios de mulheres. Na história da indústria têxtil mineira, Domingos Giroletti identificou a existência do Convento “nas fábricas da Cachoeira, Cedro, São Sebastião, São Vicente, Biribiri, Montes Claros e outras”. Michelle Perrot também denomina de Convento os dormitórios para as operárias nas fábricas de Lyon .GIROLETTI, Domingos. *Op., cit.*, p. 171; PERROT, Michelle. *Op., cit.*, p. 207.

³⁹ APE-S/A. Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri. 01/02/1964.

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ De acordo com Michelle Perrot, a grande divisão sexual do trabalho e do espaço social está ligada ao discurso de “racionalidade harmoniosa” que surgiu na França, a partir da segunda metade do século XIX. Esse discurso se fundamenta em discussões sobre natureza feminina, “chave de um inevitável destino, sobre a especificidade dos papéis dos sexos definidos pela relação com a família fundamental e necessária, o discurso operário”. Isto é, defendia que o papel principal da mulher seria no espaço familiar gerando, educando filhos saudáveis e trabalhando com costura no espaço doméstico. Enquanto o homem, destinado ao espaço público, acostumado ocuparia funções de maior valor, como o trabalho com metais e madeira. Os estudos da autora mostram que essa racionalidade era mais idealizada do que de fato vivida, pois, naquele momento, na França, as rendas das mulheres trabalhadoras completavam o orçamento familiar. PERROT, Michelle. *Op., cit.*, p. 171.

⁴² PERROT, Michelle. *Op., cit.*, p. 178.

privado) seriam atribuições apenas das mulheres. Na vila operária do Biribiri, a regente ocupava uma função de uma dona de casa, de guardiã, de administradora do lar e de “mãe” zelosa.

Entre as mulheres contratadas, relacionadas no **Quadro 1**, apenas uma tinha menos de 30 anos, sendo que a sua permanência no cargo durou apenas sete meses. É possível indicar que a preferência por mulheres mais velhas se dava justamente pelo fato delas imporem mais respeito no comando das operárias. As mais velhas também teriam mais experiências em relação à administração doméstica.

Nesse sentido, pode-se recorrer à categoria “continuidades”, utilizada por Chris Wrigley para descrever os avanços e os retrocessos do trabalho feminino na Inglaterra, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Durante esse período, “as principais oportunidades de emprego alternativo ao serviço doméstico eram localizadas nas fábricas têxteis e algumas outras atividades industriais”⁴³. Quase todos os setores reproduziam profunda desigualdade de gênero, sobretudo, no que se refere aos salários pagos para homens e mulheres⁴⁴.

A questão da hierarquização salarial foi outro princípio adotado pela indústria têxtil. Chris Wrigley nos lembra que a justificativa para a desigualdade de gênero, em termos salariais, já era discutida, há um longo tempo, por historiadores. Segundo ele,

[...] fala-se da distinção entre o trabalho masculino e feminino, segundo a qual determinadas subcategorias ocupacionais ou até mesmo ocupações inteiras são vistas, quase que por definição, como sem especialização e, portanto, de baixa remuneração. Havia também a crença de que o trabalho feminino representava uma mera fase temporária entre a escola e a maternidade, ou as noções de que cabe ao homem sustentar sozinho sua família e, portanto, de um salário único para toda a família, além, finalmente da discriminação que resulta da construção social das habilidades⁴⁵.

Na Fábrica do Biribiri, no período entre 1918 e 1942, os salários pagos aos homens que ocupavam cargos de chefia ou funções na fiação e tecelagem oscilaram entre 2\$800 (dois mil e oitocentos réis) e 10\$000 (dez mil réis) diários. Já os salários pagos às mulheres (fiandeiras e tecelãs), variaram entre 1\$300 (mil e trezentos réis) a 1\$800 (mil e oitocentos

⁴³ WRIGLEY, Chris. Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 177-191, p. 179.

⁴⁴ WRIGLEY, Chris. *Op., cit.*, p.179.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 181.

réis) diários, acrescidos de mais 25% por produção⁴⁶. A base de cálculo era equivalente a “\$040 (quarenta réis) por rank de pavio sobre produção”⁴⁷ para as fiandeiras e “diferentes taxas por metro de tecidos de sua produção”⁴⁸ para as tecelãs. O medidor de panos, cargo ocupado exclusivamente por homens, era quem fazia a conferência da produção de cada operária. Este, por sua vez, tinha um salário equivalente a 2\$000 (dois mil réis) diários⁴⁹.

A partir de 1942, com a mudança da moeda réis para o cruzeiro, os salários pagos às fiandeiras e tecelãs oscilaram entre Cr\$ 2,40 (dois cruzeiros e quarenta centavos) a Cr\$ 21,40 (vinte um cruzeiros e quarenta centavos) diários. Os incentivos por produção continuavam a prevalecer⁵⁰ e os cálculos dos salários mensais se baseavam no salário mínimo⁵¹.

Entre as possíveis explicações para as diferenças salariais, de acordo com os gêneros, podemos citar a falta de escolarização. Por exemplo, entre as 875 mulheres contratadas, 233 não sabiam assinar seus próprios nomes⁵². Além disso, as fontes indicam que os administradores da Fábrica preferiam contratar aprendizes, que, em sua maioria, eram mulheres solteiras.

Quadro 2
Estado civil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri

Estado Civil	Feminino	Masculino	Total
Casado(a)	4	40	44
Solteiro(a)	851	71	922
Viúvo(a)	7	3	10
Não declarado	13	9	22
Total	875	123	998

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Ao longo das décadas de 1920 e 1950, a administração da Fábrica de Tecidos do Biribiri manteve sua preferência por empregar mulheres e homens solteiros(as). Entre as 875

⁴⁶ A porcentagem era calculada sobre a capacidade produtiva de cada operária durante o mês. Era uma espécie de incentivo para ampliar a produção e, assim, cada operária recebia o salário (fixo) mais 25% (variável conforme a produção).

⁴⁷ O rank era calculado sobre a produção diária. Isto é, sobre a quantidade de pavios produzidos por fiandeira naquele dia de trabalho.

⁴⁸ Cada tecelã tinha uma cota de produção diária medida por metro de tecido produzido. A taxa de produção variava conforme o tipo de tecido.

⁴⁹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ BRASIL. **Decreto-Lei N° 399**, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo.

⁵² APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

mulheres, 851 eram solteiras, 4 casadas, 7 viúvas e 13 não declararam o estado civil. Entre os 123 homens, 40 eram casados, 71 solteiros, 3 viúvos e 9 não declararam o estado civil. Ao questionarmos os motivos de encontramos apenas quatro mulheres casadas trabalhando na fábrica, identificamos a resposta num verso de uma das fichas: “saiu para se casar”⁵³.

A fiandeira Ana de Jesus Souza, por exemplo, natural do Distrito de Pinheiro, entrou na fábrica em janeiro de 1959, com 15 anos de idade. Pediu demissão em agosto de 1964, encaminhando para a gerência, a seguinte carta:

Ilmo senhor Dr. Pedro, cordial saudações!
Sendo eu funcionária já há 6 anos na fábrica, aqui no Biribiri, venho por meio desta comunicar-lhe que, por motivo de casamento, sairei no próximo dia 1º e aproveito a oportunidade para lhe pedir também um auxílio em dinheiro pois sou pobre. Desde já deixo nesta os meus sinceros agradecimentos⁵⁴.

Na mesma carta da operária, o “doutor” Pedro escreveu a lápis: “Evandro, arquiva na ficha, não damos mais este tipo de ajuda”⁵⁵. O fato de a operária solicitar um auxílio em virtude do seu casamento e o diretor responder ao gerente que “não dá mais” indica que a prática de oferecer ajuda financeira às operárias que se casavam havia sido corriqueira na fábrica. “Sou pobre”; assim se definiu a operária. Mas, o que poderia induzir uma moça pobre a pedir demissão? O salário não poderia lhe fazer falta?

A resposta foi dada de forma simples pela operária Maria da Conceição de Assis: “Meu marido não quis me deixar ficar trabalhando, têm uns namorados, uns homens que querem que as mulheres sejam maquinistas de fogões. Eu casei e fui ser uma maquinista de fogão”⁵⁶. Ela trabalhou na fábrica entre 1955 e 1963⁵⁷. Maria da Conceição manifestou a sua vontade de continuar trabalhando e que um dos gerentes até ofereceu emprego para seu esposo, para que ele e ela pudessem trabalhar na fábrica após o casamento. Todavia, seu futuro esposo não aceitou, dizendo assim: “Não! Casou, tem que sair”⁵⁸. Essa opinião era compartilhada por muitos homens daquele período. Encontramos cerca de 100 fichas com a seguinte inscrição no verso: “saiu para se casar”⁵⁹.

As poucas operárias casadas eram: Bertolina Flora Brant, Francisca de Lourdes da Silva Pinto, Maria das Dores Pereira e Maria Martins dos Santos. Bertolina nasceu em

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

⁵⁷ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

⁵⁸ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

⁵⁹ Só localizamos 100, mas acreditamos que esse número é bem maior. Mas, não é possível ter uma precisão exata, porque parte das fichas estão deterioradas ou com preenchimento incompleto. In: APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

Biribiri. No mês de agosto de 1952, com 51 anos de idade, foi admitida pela fábrica, trabalhando ali até meados de agosto de 1953. Infelizmente, a sua ficha de cadastro não informa a função exercida por ela. Francisca de Lourdes nasceu em Gouveia. Foi para Biribiri com 37 anos de idade, em janeiro de 1955, para trabalhar como tecelã e o fez até abril de 1956. Maria das Dores também era tecelã e nascida em Gouveia. Entrou na fábrica em janeiro de 1955, com 34 anos de idade, e saiu em outubro daquele mesmo ano. Outra mulher a se destacar é Maria Martins, que nasceu em Carbonita. Em janeiro de 1948, com 28 anos de idade, chegou a Biribiri para trabalhar como fiandeira. Deixou o cargo em setembro de 1949⁶⁰. As fichas de cadastro indicam que todas elas já eram casadas no momento em que foram contratadas pela fábrica.

Um ponto comum entre essas operárias foi o tempo de permanência na Fábrica do Biribiri, que durou entre 10 e 14 meses. Os motivos que ocasionaram a saída delas da fábrica não foram informados nas fichas. Interpretamos, todavia, que suas demissões poderiam estar ligadas às dificuldades que elas tiveram em conciliar o trabalho fabril e as “obrigações do lar”. Essa dificuldade é denominada por pesquisadoras das relações de trabalho e gênero, como Danièle Kergoat e Elizabeth Souza-Lobo, de “dupla jornada” das mulheres⁶¹.

Cabe ressaltar que, no Brasil, a Consolidação das Leis Trabalho se deu em 1943. O Artigo 391 determinava que não se constituía “justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez”⁶². Tratava-se de uma legislação “protetora das mulheres trabalhadoras”, afirma Elizabeth Souza-Lobo⁶³. Na Fábrica do Biribiri, é possível confirmar que, quando uma operária se casava, o pedido de demissão partia dela.

Ao que tudo indica, essa decisão pessoal era também uma imposição social e patriarcal sob a qual a operária estava submetida. Como vimos no caso da operária Maria da Conceição Assis, muitos homens não permitiam que suas “futuras esposas” continuassem no trabalho após o casamento. A cultura religiosa católica, fortemente presente na Vila Operária, também contribuiu para disseminação do discurso patriarcal acerca do papel da mulher casada como dona de casa. Observe a posição do Monsenhor Levi Pires de Oliveira, pároco da vila operária.

⁶⁰ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

⁶¹ KERGOAT, Danièle. *Op. cit.*; SOUSA-LOBO, Elisabeth. *Op., cit.*

⁶² BRASIL. Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 – Seção V: Da proteção à maternidade.

⁶³ SOUSA-LOBO, Elisabeth. *Op., cit.*, p. 203.

Tenho ouvido falar que para a felicidade no casamento é preciso que haja pureza de intensão. Além da vocação ao estado matrimonial, da prudência na escolha e do procedimento honesto, disposições e conversas e, indispensáveis para receber dignamente e com isso o sacramento do matrimônio, exige-se ainda a pureza de intensão. A intensão é pura quando se tem em vista este tríplice fim: 1º. Fazer a vontade de Deus. Instituído o matrimônio Nosso Senhor quis, com tal meio, estabelecer uma doce sociedade pela qual o homem e a mulher pudessem auxiliar-se mutuamente na vida e comportar-se nas aflições e cuidados da família. 2º. Trabalhar na própria salvação. – Convertendo as amarguras e alegrias da vida conjugal, em tantos meios de santificação, e que o casamento para muitos serve para evitar graves pecados e tornar mais fácil o caminho do senhor. 3º. Educar cristãmente os filhos – este é o fim mais nobre pelo qual foi instituído o matrimônio: dar a terra filhos que regenerados pela graça e santamente educados sirvam e louvam a Deus nesta vida, para depois louva-lo e glorifica-lo para sempre entre os eleitos do céu. Tais são as intensões que deve ter o cristão em contrair o matrimônio⁶⁴.

Esse discurso, escrito numa das atas de reunião das “Filhas de Maria do Biribiri”⁶⁵, foi lido para as operárias que faziam parte daquela associação católica. Nele é perceptível o discurso de que a principal obrigação da mulher seria o cuidado para com a família. Vale lembrar que, o elogio à dona de casa foi também identificado por Michelle Perrot entre os movimentos operários franceses do século XIX⁶⁶.

Em relação à divisão do trabalho, o gênero determinava os serviços de homens e mulheres no espaço fabril. Na análise acerca da divisão sexual do trabalho, deve-se considerar que as diferenças entre gêneros não são simples categorias, mas relações entre classes que se formaram “por” e “na” relação de poder dos homens sobre as mulheres⁶⁷. Assim, o gênero também determinou as relações de trabalho na Fábrica do Biribiri.

2. De meninas a operárias⁶⁸

A presença de mulheres com idades entre 10 a 18 anos, inseridas nos diversos setores da Fábrica do Biribiri, foi constante. Já entre os homens, as idades variavam conforme a complexidade da função que ocupavam. Os **gráficos 1 e 2** informam a faixa etária da mão de obra contratada no período entre 1920 e 1959.

⁶⁴ APE-S/A. Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri (mai/1941 a out/1941), p.3.

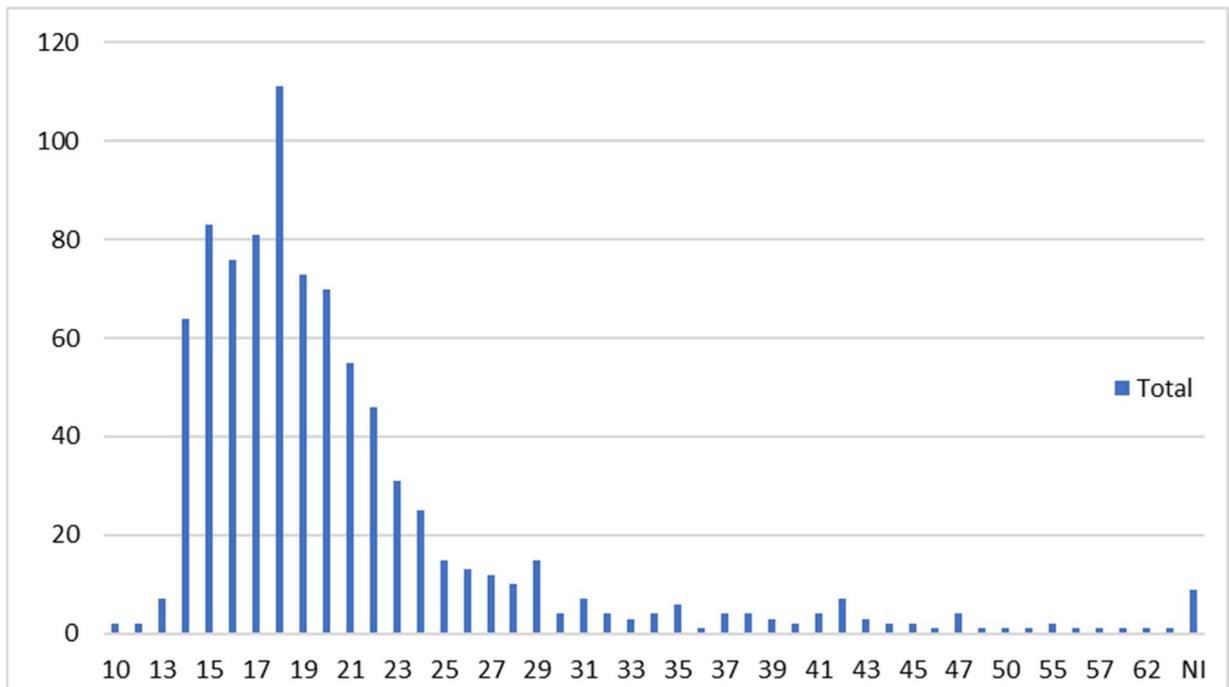
⁶⁵ A Associação Filhas de Maria do Biribiri foi fundada por 70 operárias da Fábrica do Biribiri em outubro de 1926, tendo a frente o Monsenhor Levi Pires de Oliveira, como seu principal líder espiritual. Essa associação surgiu como um mecanismo de propagação do modelo feminino católico, mas também como um instrumento de controle, pois delimitou regras de idoneidade moral, vigilância e submissão. Durante realização da pesquisa tivemos acesso a 142 atas que trabalhamos em outro estudo. (APE-S/A. Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri. out/1926 a out/1941).

⁶⁶ PERROT, Michelle. *Op., cit.*, p.171.

⁶⁷ KERGOAT, Danièle. *Op., cit.*

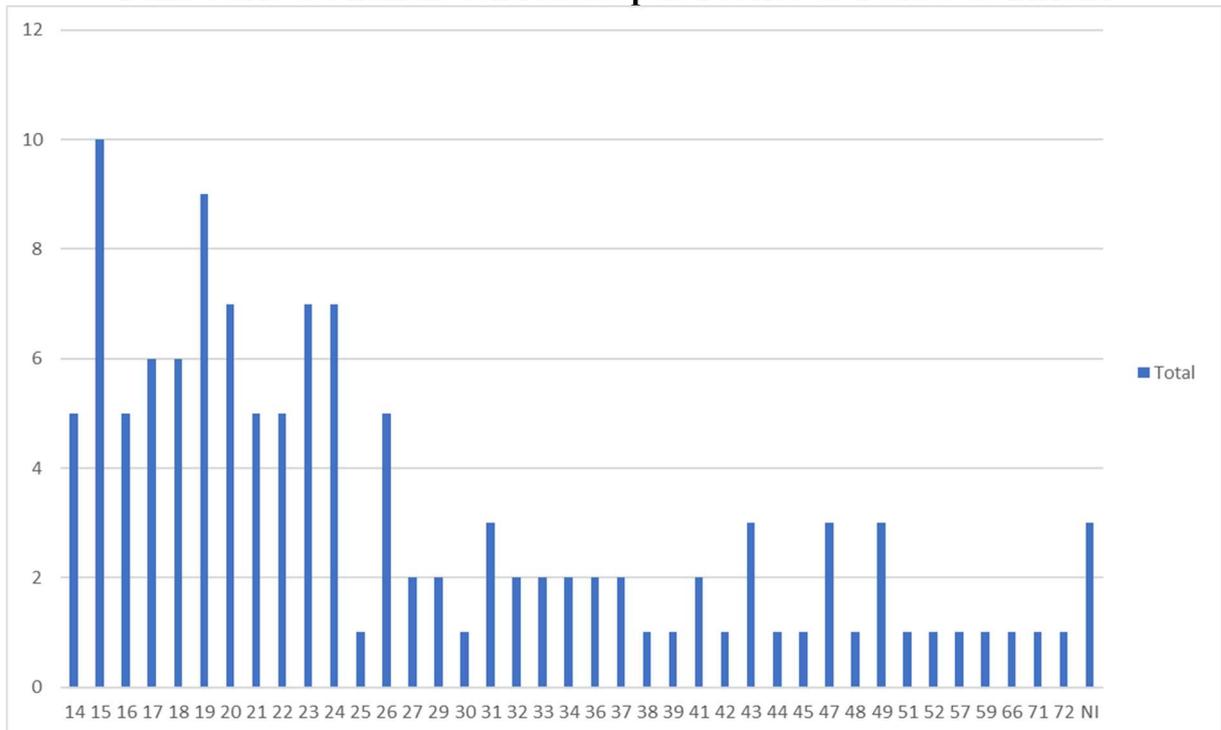
⁶⁸ O trabalho infantil foi identificado na fábrica do Biribiri. De acordo com as legislações do período (D. nº 21.175 de 1932 e D. nº 5.452 de 1943), o contrato de menores de 18 anos, na condição de aprendizes, não poderia ser considerado trabalho infantil.

Gráfico 1
Faixa etária das mulheres contratadas pela Fábrica de Tecidos do Biribiri



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Gráfico 2
Faixa etária dos homens contratados pela Fábrica de Tecidos do Biribiri



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

No **gráfico 1**, nota-se que a maior parte das operárias tinham idades entre 15 e 20 anos. No **gráfico 2**, observa-se que os homens com idades entre 14 e 24 anos representavam a maioria e, entre 25 e 72 anos, o número de contratos variavam de 1 a 5 empregados.

Existem hipóteses que justificam a grande quantidade de meninas (adolescentes) trabalhando como operárias. Uma delas defende a concepção de que, sendo solteiras, elas representariam economia para a empresa, uma vez que poderiam morar no Convento, poupando os empregadores de gastar com construções de mais moradias⁶⁹. Outra hipótese estaria ligada ao espaço de disciplinamento representado pelo Convento, que tinha como principal objetivo moldar meninas para o trabalho fabril⁷⁰. Essas duas hipóteses podem ser aplicáveis à Fábrica de Tecidos do Biribiri, que, além da preparação para o trabalho fabril, instruía as operárias, até certo momento, para a vida familiar.

No Convento, no dormitório maior, situado na parte da frente do segundo piso, ficavam “as operárias de 14 a 18 anos”⁷¹. Já o dormitório menor, situado na parte do fundo do térreo, era “destinado às operárias de 18 anos em diante”⁷². Essa divisão ocorria porque, conforme informou o **gráfico 1**, o número de operárias mais jovens era consideravelmente maior. O processo de disciplinamento ocorria a partir do momento em que as operárias eram contratadas. O trecho do regulamento a seguir dá uma dimensão do rigor:

Cada pensionista deverá ter sua própria roupa de cama, dentro do mesmo padrão de uniformidade, numeradas para comprovar sua propriedade. Será fornecido pela fábrica, a cama, o colchão e o travesseiro. A encarregada do pensionato corrigirá os defeitos de educação de todas as moças, quando necessário, mantendo em ordem a disciplina do pensionato. [...]. Após ser dado o sinal de recolher, às 8:30 da noite e o sinal de silêncio às 9:00 horas, não será permitido fazer barulho, conversar, etc. [...]. As operárias que não estiverem até as 8:30 horas da noite dentro do pensionato, por terem ido em suas casas, somente poderão entrar no pensionato no dia seguinte⁷³.

Junia Souza Lima nos lembra que algumas fábricas, ao optarem “por meninas, moças solteiras e viúvas como força de trabalho majoritária”⁷⁴, assim o fizeram porque a disciplina sobre elas era maior e mais rigorosa do que a exercida sobre os trabalhadores homens. Nesse sentido, o Convento era um mecanismo importante, sobretudo, porque confinava a operária,

⁶⁹ GIROLETTI, Domingos. *Op., cit.*

⁷⁰ LIMA, Junia de Souza. **De Meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira - 1872-1930**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET/MG, Brasil. 2009.

⁷¹ APE-S/A. Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri. 01/02/1964.

⁷² APE-S/A. Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri. 01/02/1964.

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ LIMA, Junia de Souza. *Op., cit.*, p. 15.

cerceava seus passos, buscava controlar seus movimentos e, quiçá, seu tempo. Deste modo, as operárias residentes no Convento logo se tornariam “as melhores empregadas”⁷⁵.

No Convento do Biribiri, o artigo 33 do Regulamento determinava que as moças, ao chegarem ou ao saírem da localidade do Biribiri, deveriam “manter o máximo de decoro e respeito, evitando companhias de pessoas inconvenientes dentro de condução particular”⁷⁶. Observamos, desse modo, que o controle das operárias também extrapolava o espaço do Convento, da fábrica e da vila operária.

Todavia, embora houvesse rigor e controle no trato com as operárias, existiam aquelas que burlavam as regras. Um caso curioso foi o da operária da fiação chamada Geni Maria Silva, que fora admitida em maio de 1955, com 14 anos de idade. Anexo à sua ficha, encontramos uma carta encaminhada a outra operária, que atende pelo nome de Argemira, dizendo o seguinte:

Querida Argemira saudações!! Desejo que esta vai encontrar você e todas colegas em plena saúde e felicidade. Argemi estou naquela fase. Estive em Tijucal quatro dias, com Andrelina e, ela está aqui. Vamos dançar hoje e amanhã se Deus quiser. Argemi, diga ao Fausto que não pude ir trabalhar estes dias não. Dá uma desculpa aí, diz que estou doente [...]⁷⁷.

Geni demonstra que tem intimidade com a colega a quem chama de “Argemi”. A remetente informa que está numa determinada fase, possivelmente querendo se divertir e aproveitar a vida com a amiga. Também menciona outra operária, Andrelina, que estaria acompanhando-a. Argemira, Andrelina e Geni eram solteiras e moravam no Convento, onde possivelmente desenvolveram os laços de amizade. Ao pedir para a colega inventar uma desculpa, com a finalidade de justificar a sua ausência na fábrica e na vila, Geni demonstra conhecer as regras e a ousadia em burlá-las. O fato de esta carta estar anexada à ficha de Geni indica que a gerência tomou conhecimento da contravenção. Aliás, esta não foi a única. No período entre 1958 e 1960, ela foi suspensa cinco vezes por “desacato ao gerente”, “responder com palavras pornográficas ao contra-mestre”, “se afastar do serviço sem autorização”, “beber com as companheiras no recinto da comunidade” e “dormir fora do local”⁷⁸.

Geni era uma operária que não seguia rigorosamente a disciplina imposta naquele mundo do trabalho. E, provavelmente, ela exercia uma influência sobre as outras colegas. Seu comportamento “indisciplinado” pode ser analisado dentro da teoria de “antidisciplina”,

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ APE-S/A. Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri. 01/02/1964.

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

defendida por Michel de Certeau. Para o autor, toda sociedade elabora redes de vigilância, mas uma sociedade inteira não se submete a elas. É preciso atentar ao fato de que os “procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-la. Enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, compondo-se, desse modo, uma rede de “antidisciplina”⁷⁹.

Geni era um exemplo claro dessa rede. O curioso é que mesmo cometendo todos os supostos delitos descritos na sua ficha, ela só foi dispensada da fábrica em abril de 1962. Os motivos de sua demissão não são esclarecidos. Todavia, não há como negar que Geni deveria ser uma operária produtiva e querida, afinal de contas ela manteve seu emprego por quatro anos, mesmo com a sua ficha contendo registros de “infrações” que eram vistas negativamente pela gerência da Fábrica.

2.1. De onde provinha a mão de obra?

A mão de obra – feminina e masculina – da fábrica, em sua maioria, era oriunda do estado de Minas Gerais. Nas 998 fichas de cadastro de empregados(as) analisadas, identificamos 629 pessoas que nasceram em Diamantina, nos seus distritos e na própria Vila do Biribiri. A Fábrica do Biribiri empregou também algumas pessoas provenientes de outros estados, como a fiandeira Maria Luiza Teixeira, nascida em São Paulo; o comerciário Jorge Menezes, que nasceu no Rio de Janeiro; e as operárias Ana Carlos Entrepertes e Maria de Jesus Lima, que vieram da Bahia. Em relação às duas últimas operárias, não nos foi possível a identificação do município de origem.

⁷⁹ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 40-41.

Mapa 1: Localidades de origem da mão de obra contratada pela Fábrica de Tecidos do Biribiri (1920-1950)

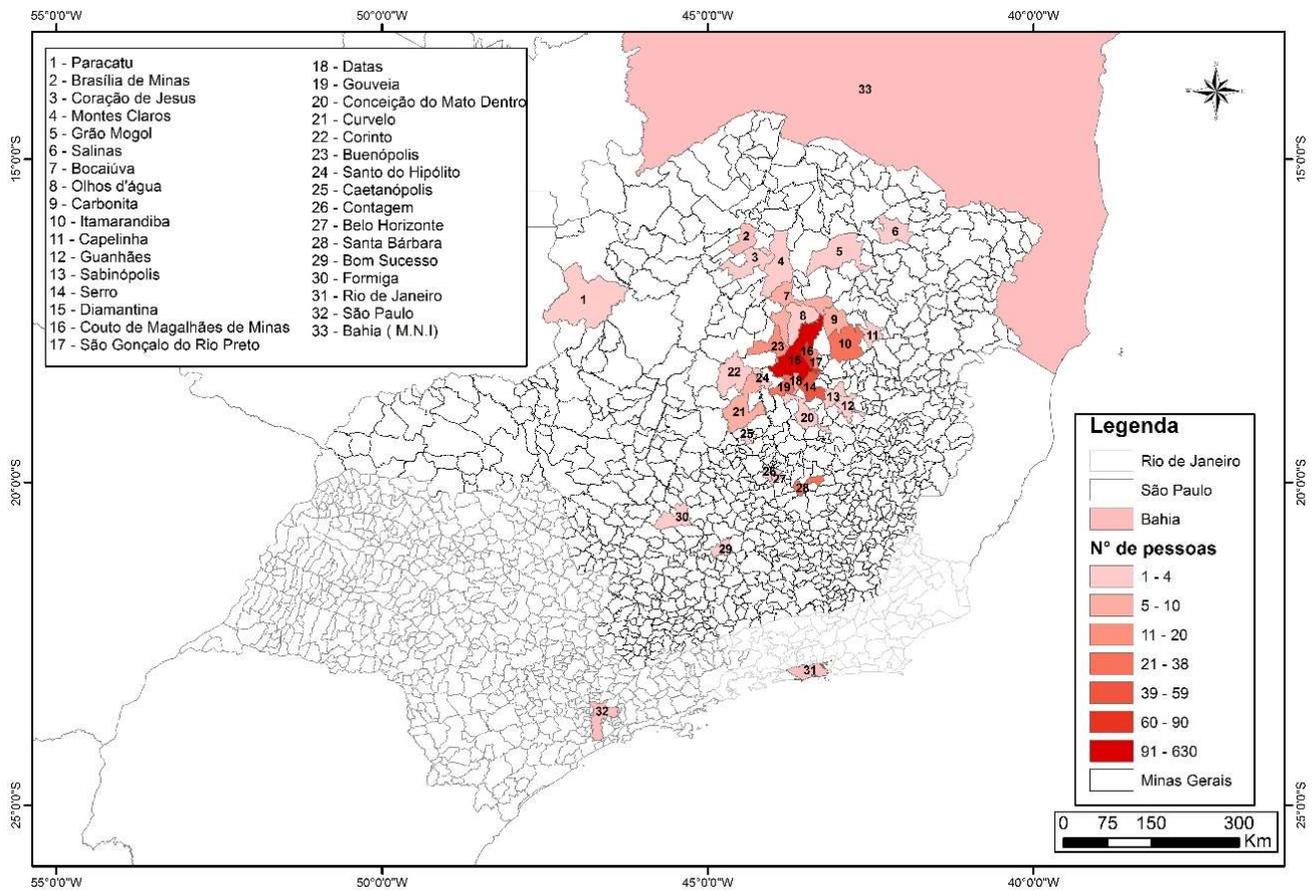


Figura 1. Localidades de origem da mão de obra contratada pela Fábrica de Tecidos do Biribiri (1920-1950).
 Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959). Projeto executado pelo Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, 2018.

Dos distritos de Diamantina, os que mais forneceram mão de obra foram: São João da Chapada (143); Pinheiro (60); Mendanha (47); Sopa (40); Inhaí (25); Extração – hoje, Currallinho – (31). Dos demais distritos, como Guinda, Conselheiro Mata, Desembargador Otoni etc, eram naturais 93 funcionários da Fábrica de Biribiri. Além destes, havia ainda trabalhadores(as) que nasceram na cidade de Diamantina (108) e na própria vila operária do Biribiri (82).

Cidades localizadas no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas também forneceram parte da mão de obra. Da localidade de Santa Bárbara, lugar onde também funcionava uma indústria têxtil, vieram 20 operários(as), sendo 15 mulheres e 5 homens.

Quadro 3 Operários(as) que vieram de Santa Bárbara

	Trabalhador(a)	Idade	Ano de Admissão	Cargo	Sexo
1.	Alaíde Buitrago	19	26/04/1939	Fiandeira	Feminino
2.	Benvindo Batalha	47	26/10/1926	Abridor de Algodão	Masculino
3.	Bernadina de Oliveira	13	11/04/1932	Tecelã	Feminino
4.	Carmelita Gonçalves Primo	23	21/05/1932	Tecelã	Feminino
5.	Geraldo Saraiva	23	13/11/1933	Abridor de Algodão	Masculino
7.	Hamilton de Paula	14	02/01/1936	Medidor de Panos	Masculino
8.	João Antônio Ribeiro	26	03/09/1935	Cardador	Masculino
9.	João Benedito Lemos	32	01/05/1923	Fiandeira	Feminino
10.	José Lucas Batalha	14	06/05/1936	Carregador de linha	Masculino
11.	Juracy de Paula	18	09/11/1936	Tecelã	Feminino
12.	Maria Carmelita Lemos	28	01/05/1923	Tecelã	Feminino
13.	Maria da Conceição de Paula	18	29/03/1943	Fiandeira	Feminino
14.	Maria das Dores Buitrago	33	02/03/1953	Tecelã	Feminino
15.	Maria do Amparo de Paula	29	22/06/1937	Tecelã	Feminino
16.	Maria do Carmo de Paula	26	02/05/1927	Tecelã	Feminino
17.	Maria José de Paula	16	02/05/1927	Tecelã	Feminino
18.	Maria Nascimento de Jesus	38	16/02/1937	Tecelã	Feminino
19.	Ruth de Paula	20	27/01/1932	Tecelã	Feminino
20.	Sebastiana Gonçalves Primo	21	07/09/1931	Tecelã	Feminino

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Identificamos, no quadro acima, diversos grupos familiares. Alaíde e Maria das Dores eram irmãs, filhas do casal Sabino Buitrago e Dona⁸⁰ Arminda de Lima. Benvindo Batalha e José Lucas eram, respectivamente, pai e filho. As irmãs Carmelita e Sebastiana eram filhas do casal Pedro Gonçalves Primo e Dona Aleixina Brigida. E os seis irmãos Hamilton, Juracy, Maria do Amparo, Maria do Carmo e Maria José eram filhos do casal José de Paula e Dona Maria Augusta de Paula⁸¹.

A presença de operários(as) pertencentes a um mesmo grupo familiar ocorreu com frequência na Fábrica de Tecidos do Biribiri. Identificamos 198 famílias que tiveram entre 2 e

⁸⁰ Expressão usada em todas as fichas de registro para especificar que mãe seria “dona de casa”. Conforme Maria Valéria Junho Pena, a dona de casa é uma representação social feminina cuja maior parte das mulheres adultas desempenham no espaço doméstico. Essa representação considera que funções como lavar, costurar, bordar, cozinhar etc, são serviços que devem ser executados apenas por mulheres. PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 29.

⁸¹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

7 filhos que trabalharam na fábrica. Francisco Marcolino Moraes, por exemplo, natural do Biribiri, foi contratado como mecânico no ano de 1923. Ele era casado com a Dona Maria Conceição Brant, com a qual teve seis filhos: David, Edson, Expedito, Maria Auxiliadora, Maria Bernarda e Maria José. Os filhos homens ocupavam funções de auxiliares de ferreiro e as mulheres eram fiandeiras e tecelãs⁸². Com exceção da mãe, toda a família Moraes estava empregada na fábrica.

Pedro Robim de Salles e Dona Maria Augusta da Cunha Salles, moradores da cidade de Gouveia, tiveram cinco filhos que também trabalharam na fábrica: Aurea do Espirito Santo, Maria Coralia, Maria de Jesus, Pedro Junior e Germe. O filho caçula do casal, Germe, nasceu em Biribiri. Aurea, a filha mais velha, foi a primeira a entrar para o quadro de funcionários, em abril de 1935. Na fábrica, ela trabalhou na função de auxiliar de escritório, por 21 anos. Suas irmãs atuaram nas funções de fiandeiras e seus irmãos foram serventes. Aurea era uma funcionária de confiança da gerência e a responsável pelo registro das fichas de cadastro dos funcionários. Nos processos de demissões, ela testemunhava a favor da fábrica, afirmando que a empresa havia cumprido com todos os direitos trabalhistas⁸³.

Além dos oito integrantes da família Moraes que nasceram na Vila Operária do Biribiri, conseguimos identificar mais 74 pessoas que também nasceram lá, somando-se, assim, 82 pessoas. Ao que tudo indica, tratavam-se de famílias cujos membros compunham parte da mão de obra contratada pela fábrica.

Quadro 4
Quantidade de operários(as) nascidos(as) em Biribiri (1897-1898)

Período	Mulheres	Homens
1897 - 1898	3	3
1901 - 1909	6	1
1910 - 1920	12	9
1921- 1930	13	11
1930 - 1940	9	9
1940 - 1945	6	-
Total	49	33

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

⁸² *Idem.*

⁸³ *Idem.*

De acordo com Domingos Giroletti, na Companhia Cedro Cachoeira, os gerentes também optavam por famílias extensas por diversas vantagens.

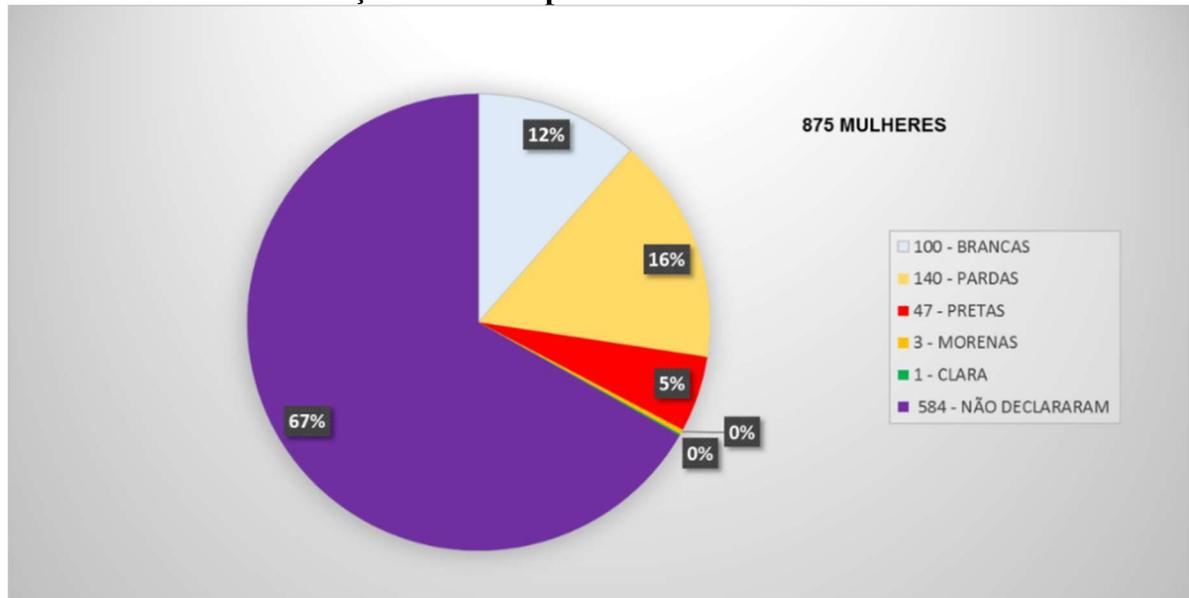
Primeira, ocupava menos casas e fornecia mão de obra. Segunda, a renda familiar ampliada pelo salário de vários membros, garantia um melhor nível de sobrevivência e reprodução à família, porque o ordenado pago era baixo. Terceira, a gerência poderia contar com o empenho e o poder dos pais no sentido de estimular ou mesmo submeter os filhos ao trabalho fabril, porque a contribuição salarial de cada um era vital para sobrevivência de todos, ou para cumprir compromissos pessoais assumidos com as gerências⁸⁴.

A Fábrica do Biribiri também seguia esses critérios ao contratar famílias extensas. Assim, o discurso filantrópico que permeou o imaginário local, afirmando que a Fábrica gerava emprego e renda para os “pobres” da região, como um ato de benevolência e caridade, revelava-se, cada vez mais, seu viés capitalista. A contratação de mão de obra fundamentava-se na eficiência e na racionalidade econômica, pela busca do lucro e pela perspectiva de formar uma rede de colaboradores entre os grupos familiares. Assim, os “pobres” foram beneficiados com o emprego fabril, mas a Fábrica também se beneficiou com o lucro obtido com o trabalho deles.

As fichas de cadastro traziam um espaço específico para que os(as) operários(as) declarassem a cor da pele. Entre as 875 mulheres, 67% não declararam sua cor; 12% se declararam brancas; 16% pardas e 5% pretas. Três delas se declararam morenas e uma informou ter a cor clara, conforme informa o **Gráfico 3**.

⁸⁴ GIROLETTI, Domingos. *Op., cit.*, p. 78.

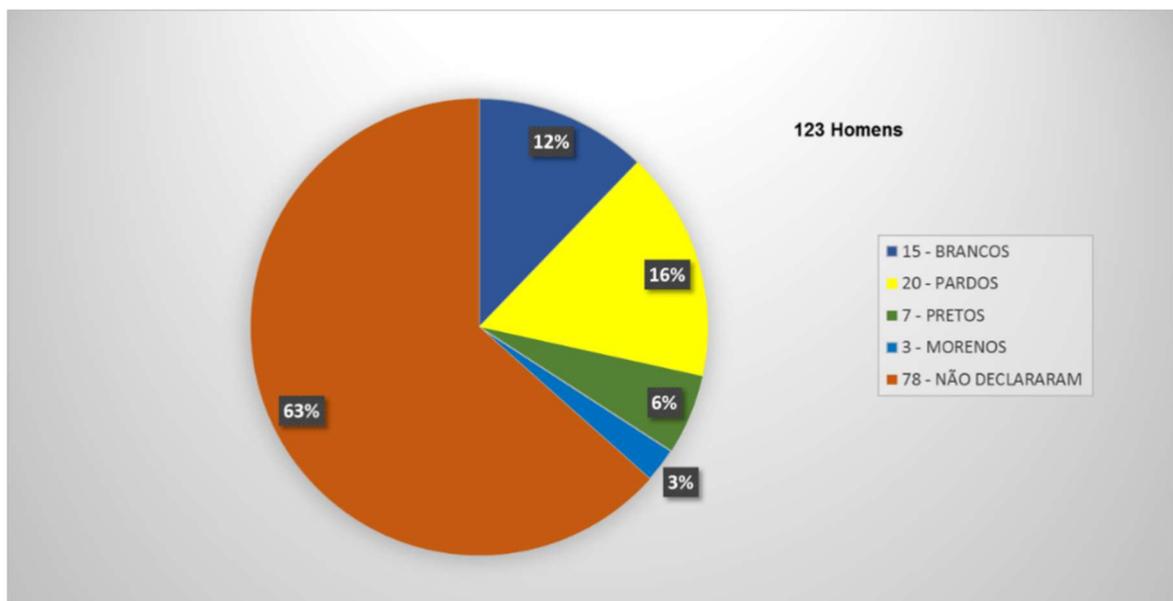
Gráfico 3
Declaração da cor da pele da mão de obra feminina



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Entre os homens, 63% não informaram a cor da pele; 12% se declararam brancos; 16% pardos; 7% pretos e 3% informaram ser morenos, conforme mostra o **Gráfico 4**.

Gráfico 4
Declaração da cor da pele da mão de obra masculina



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Esses percentuais oferecem uma dimensão de como as pessoas declaravam as cores de suas peles, especificamente nas fichas averiguadas na Fábrica do Biribiri. Pode-se afirmar que a maioria da mão de obra declarada tinha cor parda ou preta.

O perfil social da mão de obra contratada entre 1918 e 1959 se definiu por meio das relações de gênero. Àqueles(as) operários(as) que não se adaptassem às regras da empresa ou não atingissem as metas de produções, eram dispensados(as)⁸⁵. As mulheres eram submetidas a um controle rígido dentro e fora da fábrica como pode-se constatar ao longo da pesquisa.

Considerações Finais

Repensar a história do trabalho, por meio da história das mulheres operárias na Fábrica do Biribiri, foi o que procuramos fazer neste artigo. Os estudos de Barbara Weinstein, Marcel Van der Linden e Sívia Petersen mostram que a história do trabalho não deve centralizar as análises no proletariado clássico e nos países em que a industrialização foi mais intensa. Pelo contrário, a história do trabalho deve contemplar os diversos tipos de trabalhos, as relações sociais e culturais, os trabalhos livres e “não livres”, os trabalhos artesanais e nas pequenas fábricas⁸⁶.

A Fábrica de Tecidos do Biribiri foi constituída por uma vila operária ramificada nas moradias de famílias (casas individuais), um Convento, um armazém, uma escola e uma capela. Palmira Petratti Teixeira afirma que a construção de vilas operárias, por parte do patronato brasileiro fazia parte da estratégia patronal para disciplinar o operariado⁸⁷. Notamos que a construção da Vila Operária do Biribiri, além do disciplinamento, existia por outros motivos, principalmente por causa da dificuldade de acesso à fábrica devido a posição geográfica que ocupava, uma vez que as instalações da fábrica eram situadas na zona rural de Diamantina e o local de origem dos(as) trabalhadores(as) eram, na maioria das vezes, comunidades rurais.

Fazendo uso da metodologia de Michelle Perrot e Carlo Ginzburg, identificamos os silêncios e os vestígios deixados nas fontes que analisamos. Percebemos que, embora grande parte das fontes não tenham sido produzidas por mulheres, essas agentes deixaram sinais de suas ações nos documentos: ora numa frase como “saiu para casar”, ora num ato de advertência por comportamento “indisciplinar”, ora na descrição da idade, família e origem social. As mulheres do Biribiri eram popularmente conhecidas por serem “moças” pobres e de famílias humildes que se submetiam ao trabalho por necessidade.

⁸⁵ APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

⁸⁶ VAN DER LINDEN, Marcel. *Op. cit.*; PETERSEN. *Op. cit.*; WEINSTEIN, Barbara *Op. cit.*.

⁸⁷ PETRATTI, Palmira Teixeira. **A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990, p. 74.

As perspectivas do gênero se fizeram presente na Fábrica do Biribiri. Nesse ponto, observamos a presença de uma divisão sexual do trabalho e a ausência de mulheres em cargos de liderança, exceto no cargo de “regente das operárias”. Nesse sentido, Elizabeth Souza-Lobo afirmou que a divisão sexual do trabalho tende a conservar o equilíbrio entre emprego de mulheres e homens⁸⁸. Na Fábrica do Biribiri, tal divisão seguiu os princípios da separação entre masculino e feminino e da hierarquização.

Cris Wrigley, ao introduzir o conceito de “continuidades”, afirma que o trabalho feminino é muitas vezes visto como uma fase temporária entre a escola e a maternidade, fato que, muitas vezes, gera discriminação que resulta na construção social das habilidades⁸⁹. Na Fábrica do Biribiri, as mulheres solteiras, a maioria com idades entre 15 e 20 anos, ocupavam funções na fiação e na tecelagem enquanto os homens atuavam em campos diversificados dentro e fora da fábrica. A prática de muitas operárias pedirem demissão para se casarem indica, de certo modo, a preferência do empregador por contratar operárias mais jovens (**Gráfico 1**) e solteiras.

Por outro lado, a legislação trabalhista⁹⁰ considerava que a mulher que contraísse matrimônio ou estivesse grávida não poderia ter seu contrato rescindido por justo motivo. Mas, na Fábrica do Biribiri, a decisão de se afastar do serviço muitas vezes partia das próprias operárias. As causas para isso estão ligadas às questões culturais e sociais, como a exigência do marido e a influência da Igreja Católica. Assim, observamos, no mundo do trabalho, a existência de um discurso patriarcal acerca do papel da mulher no lar

Seguindo a perspectiva proposta por Michelle Perrot, buscamos analisar a história das mulheres operárias na Fábrica do Biribiri através das “margens”. De um lado, temos a fábrica, empreendimento capitalista que determinou o perfil do(a) trabalhador(a) ideal, disciplinado(a) conforme os valores do empregador. Por outro lado, temos os(as) trabalhadores(as), 875 mulheres e 123 homens. Nesse contexto, conhecemos mulheres como Geni, que burlou as regras de disciplinas para ir se divertir. E Maria da Conceição Assis, cujo esposo não permitiu que ela continuasse a trabalhar. E, ainda, Maria Antônia de Macedo, que foi regente das operárias por quase trinta anos. Enfim, conhecemos neste artigo algumas “mulheres do povo” cujo cotidiano foi assinalado por aquele mundo do trabalho.

⁸⁸ SOUSA-LOBO, Elisabeth. *Op., cit.*

⁸⁹ WRIGLEY, Chris. *Op., cit.*, p. 181.

⁹⁰ BRASIL, Decreto nº 21.175 (1932); BRASIL, Decreto nº 5452 (1943).

Referências

Fontes

Arquivo Privado da Estamparia S/A – APE-S/A. Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri. out/1926 a out/1941.

Arquivo Privado da Estamparia S/A – APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).

Arquivo Privado da Estamparia S/A – APE-S/A. Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri. 01/02/1964.

Biblioteca Antônio Torres – BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Envelope 2. Cx 7. Fl.2).

Edvaldo Nascimento – Entrevista concedida em 27/10/2018.

Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932.** Institui a carteira profissional.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 399, de 30 de abril de 1938.** Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo.

BRASIL. **Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Seção V: Da proteção à maternidade.

Teses, artigos, livros

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano cotidiano operário no sertão.** Campinas: Papiros, 1998.

FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: organização e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937).** 2016. 198f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história.** Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- IEPHA. **Programas e ações:** Bens tombados. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php>>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho:** em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, São Paulo:1998.
- LIMA, Junia de Souza. **De Meninas fiandeiras a mulheres operárias:** a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira - 1872-1930. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. 2009.
- PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottman. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- PETERSEN, Sílvia. Repensar a história do trabalho. Espaço Plural, v. 2, n. 34, pp. 13-36, jan/jun., 2016
- PETRATTI, Palmira Teixeira. **A fábrica do sonho:** trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. Apresentação: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n.2, 2009.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 71-100, jul/dez., 1989. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- SOUSA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, jan/jun., 2009.

WEINSTEIN, Barbara. Globalizando a História do Trabalho: o caso da revista *International Labor and Working-Class History*. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 18, pp. 11-23, jul/dez., 2017.

WRIGLEY, Chris. Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira (Orgs). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa - séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 177-191.